

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Estudo de Impacte Ambiental

**MODERNIZAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DE
IDANHA-A-NOVA**

(Projecto de Execução)

ARBI – ASSOCIAÇÃO DE REGANTES E BENEFICIÁRIOS DE IDANHA-A-NOVA

Maio de 2026

Índice

INTRODUÇÃO	2
DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA	2
MODALIDADES DE DIVULGAÇÃO	2
SÍNTESE DAS PARTICIPAÇÕES E RESPECTIVA REPRESENTATIVIDADE.....	2
ANEXO I (ANÚNCIO).....	4
ANEXO II (PARTICIPAÇÕES)	5

Introdução

Em cumprimento do preceituado no ponto 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, (RJAIA), procedeu-se à Consulta Pública do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), do Projeto da Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova. Este projeto localiza-se nos concelhos de Idanha-a-Nova e Castelo Branco. O Projeto tem enquadramento na tipologia da alínea c) do ponto 1 do Anexo II, do RJAIA, estando sujeito a AIA de acordo com o definido na subalínea ii), alínea b), n.º 4 do artigo 1.º do RJAIA. A Consulta Pública decorreu por um período de 30 dias úteis, de 30.03.2026 a 12.05.2026 (Anexo I).

Documentos publicitados e locais de consulta

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), Anexos e Elementos adicionais, foram disponibilizados, para consulta, no portal Participa (<https://participa.pt/pt/consulta/consulta-publica-do-projeto-de-modernizacao-do-apeitamento-hidroagrico-de-idanha-a-nova>).

Modalidades de divulgação

A divulgação desta Consulta Pública foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncio na Agência Portuguesa do Ambiente, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e nas Câmaras Municipais de Idanha-a-Nova e Castelo Branco e Juntas de Freguesia de Zebreira e Segura, Idanha-a-Nova e Alcafozes, Escalos de Baixo e Mata, Malpica do Tejo e Ladoeiro.

Síntese das participações e respetiva representatividade

Durante o período da Consulta Pública, foram apresentadas no portal Participa 8 participações (Anexo II). Estas participações tiveram a seguinte proveniência:

- Associações e Projetos da Sociedade Civil: 3 exposições:
 - CHIRO - Associação Morcegos.PT;
 - LIFE Aegyptius return;
 - ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável.
- Outros / Cidadãos: 5 exposições

Dessas participações, 5 foram de tipologia “Discordância”, 2 de tipologia “Geral” e 1 de “Sugestão”.

Nas participações de Discordância:

- há referência aos impactes que o projeto terá na fauna (morcegos) e flora existente e há a referência a medidas de minimização e a um plano de monitorização.
- são referidas as medidas de mitigação e de planos monitorização indispensáveis à sustentabilidade do projeto.
- são levantadas questões antigas que continuam por ser resolvidas com este projeto, nomeadamente considerações acerca dos custos do projeto e da sua repercussão sobre os seus beneficiários, ou em relação à área considerada, distinção entre “área beneficiada” e “área beneficiada ajustada”.
- são referidos os critérios pouco claros e a falta de transparência nomeadamente no que se refere à definição do perímetro final de rega, inclusão e/ou exclusão de parcelas, localização de bocas de rega, eventuais permutas de terrenos, consideração do histórico real de utilização de água, etc.
- são referidas as infraestruturas existentes no âmbito do projeto e os riscos ambientais associados aquando da sua desativação.
- são referidas as novas invenções que nos próximos anos serão do conhecimento geral e que permitem que não sejam usadas estas fontes de energia.

Nas participações de tipologia Geral:

- é referida a perda de água por canais que não estão em boas condições.
- é referido a necessidade de acautelar a nidificação do abutre-preto

Na participação de tipologia Sugestão:

- há referência à falta de medidas de compensação de quercíneas bem como um plano de manutenção e monitorização
- há referência à necessidade de inspeção e limpeza periódica para controlo de espécies invasoras.

O Parecer Técnico Final (PTF), elaborado pela Comissão de Avaliação (CA) do procedimento de AIA em apreço, terá um capítulo dedicado à Consulta Pública com pronúncia relativa às participações recebidas.

A Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. (CCDR Centro)



Consulta Pública

Projeto: Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova
Proponente: Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova
Localização: Rua Dr. Pedro Augusto Camacho Vieira, 76, Ladoeiro
Entidade Licenciadora: DGADR e DGEG

Encontra-se a decorrer na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) o processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto acima referido, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 151/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, e disponível para ser consultado, durante 30 dias úteis de 30.03.2026 a 12.05.2026.

De forma a garantir o acesso à informação e a participação pública a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, enquanto Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AAIA) informa que os elementos constantes do processo de AIA se encontram disponíveis para consulta durante o período acima referenciado, no Portal Participa em <http://participa.pt>.

No âmbito do processo de Consulta Pública serão consideradas e apreciadas todas as opiniões e sugestões apresentadas por escrito, desde que relacionadas, especificamente com o projeto em avaliação. Essas exposições deverão ser dirigidas ao Vice-Presidente da CCDRC, abaixo identificado, até à data do termo da Consulta Pública, podendo para o efeito ser usado o referido Portal.

O Vice-Presidente

Assinado por: **Luís Manuel Fernandes Simões**
Num. de Identificação: 03706482
Data: 2026.03.29 14:54:27+01'00'

(Dr. Luís Manuel Fernandes Simões)

ANEXO II (Participações)

#1 CHIRO - Associação Morcegos.PT

Data: 2026-05-12

ID: 111858

Comentário:

A Morcegos.PT considera que face ao potencial da região para os morcegos e aos potenciais impactes negativos provocados pela modernização do empreendimento Hidro-agrícola de Idanha-a-Nova, para que o EIA seja aprovado, terá que incluir os seguintes aspetos relativamente aos morcegos:- Plano de Monitorização que inclua o AIN "Idanha-a-Nova I", os túneis do CGC e eventualmente, as áreas de implantação das CF.- Medidas de mitigação de impactes nos túneis do CGC, nomeadamente a adaptação do calendário de intervenções, à eventual presença de colónias importantes, principalmente nos períodos de hibernação e maternidade; e a exclusão de morcegos dos túneis, antes e durante as intervenções.- Medidas de minimização de impactes no abate de árvores

Anexos: 111858_20260512_PARECER_TÉCNICO_SOBRE_EIA_AH-IdanhaNova.pdf

Tipologia: Discordância

#2 Cidadão 1

Data: 2026-05-12

ID: 111854

Comentário:

acabem com canais rotos é bem so se gasta aagua e mal gasta, mas areas que passam para o regadio com sobreiros, azinheiras grandes e sobreiros com cortica e sem cortica que estão fora do regadio e outras areas que ja regão e nao entrão para regar, porque?? negocssios ou sao~ amigos 70 equetares juntos, vão ver no fim do mapa e'' que nao~me parece certo. v~~ao ver não se deixem comer, abraos os olhos engenheiros. e bom para o ladoeiro

Tipologia: Geral

#3 LIFE Aegypius return

Data: 2026-05-12

ID: 111849

Comentário:

Anexa-se comentário do projeto LIFE Aegypius Return.

Anexos: 111849_Parecer-LIFE-Aegypius-ModernHidroAgric-Idanha.pdf

Tipologia: Geral

#4 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável

Data: 2026-05-12

ID: 111847

Comentário:

Solicito a atenção de V. Exa. para o anexo, referente ao parecer da ZERO relativo ao EIA em apreço. Com os melhores cumprimentos,

Anexos: 111847_Parecer ZERO_ Modernizacao AH Idanha-a-Nova.pdf

Tipologia: Discordância

#5 Cidadão 2

Data: 2026-05-12

ID: 111845

Comentário:

Existência de um regadio desde o tempo do Estado Novo, terrenos que pagam uma taxa de conservação todos os anos ao qual nunca houve gestão da parte da ARBI. Condutas que não existem nos terrenos e vão gerar quezílias entres os vizinhos para obter água. Desde quererem que as pessoas façam a obra e paguem, em contra-partida a pessoa que tem em planta a conduta ao seu terreno não tem de pagar nada. Terrenos que nunca foram de regadio e agora querem transformar, fazer plantações intensivas quando as aplicações de fito-fármacos não têm controlo nenhum, desde lixiviação para o canal principal ou até mesmo para os aquíferos. Querem retirar o regadio dentro da povoação, atribuir a título precário, quando as pessoas pagam todos os anos uma taxa de manutenção e as condutas estão cada vez mais partidas ou até mesmo destruídas. População com baixos rendimentos e na sua maioria têm uma horta ou até mesmo Olival tradicional e monetariamente sem possibilidades para obras de tal dimensão. Como vão resolver o problema de fornecer água a prédio que estão dentro do regadio e não têm conduta, ou acesso? Como vão garantir o acesso à água se não passar a conduta no terreno do próprio? Como resolver a desvalorização de um terreno de regadio que passa a ser de sequeiro?

Tipologia: Discordância

#6 Cidadão 3

Data: 2026-05-06

ID: 111693

Comentário:

Exmo. Senhor Vice Presidente da CCDR Dr. Luís Manuel Fernandes Simões, No âmbito da Consulta Pública do Projeto de Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova, venho, na qualidade de agricultora do concelho, apresentar a minha pronúncia relativamente ao referido processo. Atendendo à limitação de caracteres disponibilizada na plataforma de participação pública, não é possível inserir neste campo a totalidade da exposição que pretendo submeter. Assim, junto em anexo a minha pronúncia completa, da qual solicito a integral consideração no âmbito da presente consulta pública. Com os melhores cumprimentos, Maria Manuela Pinheiro Manzarra Monteiro de Carvalho

Anexos: 111693_Resposta consulta publica.pdf

Tipologia: Discordância

#7 Cidadão 4

Data: 2026-04-08

ID: 110232

Comentário:

1-Especificar as medidas de compensação de quercíneas, nomeadamente a localização, plano de manutenção e de monitorização, para se avaliar a expectável eficácia. 2-Além das previstas acções de monitorização e controlo, Incluir entre as principais medidas minimizadoras dos impactos negativos a prevenção da proliferação das espécies invasoras. Isto aplica-se tanto à fauna (sobretudo a mais associada à rede hidrográfica) como à flora. No caso da flora, os propágulos das invasoras serão facilmente dispersos pela maquinaria e veículos utilizados ao longo de toda a rede hidroagrícola, e para além dela. De notar ainda que o desenvolvimento destas espécies é extremamente favorecido por perturbações (como a movimentação de terras), e que muitas produzem sementes que se mantêm viáveis no solo durante muitos anos (e.g. as espécies de Acacia). A calendarização das operações deverá atender, sempre que possível, à época de produção de sementes das espécies invasoras. A inspecção e limpeza frequentes das viaturas e maquinaria são igualmente medidas a considerar. O controlo das espécies invasoras é geralmente impossível ou muito dispendioso; a prevenção é a medida mais eficaz e barata. Comentário: atendendo às características edafo-climáticas da zona, o levantamento florístico "de Primavera" foi tardio, e provavelmente negligenciou muitas espécies que florescem (e só são identificáveis) entre Março e Maio.

Tipologia: Sugestão

#8 Cidadão 5

Data: 2026-03-30

ID: 110076

Comentário:

Boa tarde, parem por favor de "ferrar" o nosso território com tecnologias arcaicas e ultrapassadas! Nos próximos 5 anos estarão disponíveis tecnologias mmenos ou não invasivas ao meio ambiente e à sua acupação. Parem de autorizar a ocupação de espaços naturais, parem o abate de árvores, por muitas vezes centenárias, para colocar estruturas e sistemas que serão lixo muito em breve. Tenhamos consciência do legado que iremos deixar às gerações futuras! Parem de consporcar o nosso território com alumínio, silício e outros materiais. No final de vida esses painéis (que são 10 anos) servirão para quê? Poham a mão na consciência, tenham em mente deixar o nosso território melhor do que estava, não o contrário! Arrancam-se árvores e, por absurdo, quando o número de arvores for insuficiente para produzirem oxigénio farão máquinas para tal?! Eu sei que conseguem promover alternativas mais limpas e não invasivas para Portugal. Obrigado.

Tipologia: Discordância

Anexo à Participação com o ID:111858



Parecer sobre o Estudo de Impacte Ambiental referente ao Projeto de Execução da Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova, no âmbito da consulta pública em Maio de 2026

1. Introdução

Este parecer técnico tem como objetivo analisar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) referente ao Projeto de Execução da Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova (AHIN). A análise baseia-se nos documentos apresentados no EIA e tem em consideração os potenciais impactes ambientais sobre as espécies de morcegos.

2. Descrição do Empreendimento

O AHIN moderniza e reorganiza o sistema de transporte, armazenamento e distribuição de água para rega, associado à barragem Marechal Carmona. A solução preconizada assenta em quatro componentes principais:

- Adução principal (Canal Condutor Geral – CCG) - Numa fase inicial, o CCG mantém serviço a jusante para garantir o abastecimento; após a modernização integral dos blocos de rega, deixa de ter consumos intermédios e será desativado, para jusante do novo reservatório. Integra os sistemas de segurança e automação (grelhas com limpeza automática, descarregadores/sifões de emergência e controlo remoto de caudais) para reduzir perdas e operar 24h/dia, com rega tipicamente até 18h/dia. O caudal máximo de projeto admitido pelo CCG é 6,3 m³/s.
- Reservatórios de regularização - Reservatório do CCG: regula a água transportada no canal e alimenta todo o sistema; Reservatórios elevados que asseguram flexibilidade operacional, reserva diária e rega em horários energéticos mais favoráveis (Campina Alto, Aravil e Ladoeiro - R18). O R18 existente será modernizado e integrado no novo esquema.
- Estações elevatórias e redes de rega - EE de Campina; EE do Ladoeiro; novas redes de rega que vão cobrir cerca de 8,45 mil ha
- Infraestruturas de apoio - Acessos de serviço; passagens hidráulicas e valetas; Centrais fotovoltaicas (CF) para autoconsumo junto das estações elevatórias: CF Campina Aravil, que ocupará cerca de 13200 m²; e CF Ladoeiro que ocupará cerca de 4760 m².

A área onde se localiza o projeto situa-se nas freguesias de Malpica do Tejo e União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, no concelho de Castelo Branco, e nas freguesias de Ladoeiro, União de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes e União de freguesias de Zebreira e Segura, no concelho de Idanha-a-Nova, todas pertencentes ao distrito de Castelo Branco.

O projeto interseja marginalmente a ZPE Tejo Internacional, Erges e Pônsul (PTZPE0042), marginalmente a IBA do Tejo Internacional (PT03), e encontra-se totalmente dentro da Reserva da Biosfera Tejo/Tajo Internacional.

3. Importância, estatuto legal e conservação dos morcegos, impactes das pedreiras

Todas as espécies de morcegos que ocorrem em Portugal são insectívoras. Chegando a consumir até dois terços do seu peso em insetos por noite, os morcegos desempenham um papel ecológico crucial como controladores de populações de insetos, incluindo as de inúmeras pragas agrícolas e de vetores de doenças. Num estudo realizado em 2006 foi estimado que o papel exercido por *Tadarida brasiliensis* no controle de pragas da cultura do algodão em oito condados do centro-sul do Texas proporciona uma poupança de entre 120 mil e 1,7 milhões de dólares por ano devido à redução das perdas de produção e do uso de pesticidas, para uma colheita com um valor anual de entre 4,6 e 6,4 milhões.

São em geral espécies com fecundidade baixa, o que implica que os impactos negativos nas populações de morcegos têm consequências graves para a sua conservação e que podem persistir durante intervalos extensos de tempo.

Os morcegos estão protegidos pelas Convenções de Bona (Decreto nº 103/80, de 11 de Outubro) e Berna (Decreto-Lei nº 316/89, de 22 de Setembro), pelo Acordo sobre a Conservação das Populações dos Morcegos Europeus UNEP/EUROBATS (Decreto-Lei nº 31/95, de 18 de Agosto), constando várias espécies nos Anexos B-II e B-VI da Diretiva Habitats (transposta para a ordem jurídica nacional através dos Decreto-Lei 140/99, de 24 de Abril).

A alteração profunda de habitat e a perturbação ou mesmo destruição de abrigos, estão entre os principais fatores de ameaça aos morcegos.

4. Análise da situação de referência

A caracterização da situação de referência relativa aos morcegos apresentada no EIA, aparenta ter-se cingido à realização de amostragens acústicas em 11 pontos distribuídos pelas classes de usos do solo dominantes e características da área de estudo. Estas amostragens foram realizadas em maio de 2025, tendo cada ponto sido alvo de uma sessão de 10 minutos. Foi confirmada a ocorrência das espécies *Rhinolophus ferrumequinum*, *Pipistrellus pipistrellus*, *P. pygmaeus*, *P. kuhlii* e *Tadarida teniotis*.

Contudo, identificamos lacunas importantes na situação de referência. É de referir que não são apresentadas referências bibliográficas recentes para a caracterização da situação de referência, nem são apresentados dados do abrigo de importância nacional (AIN) existente em infra-estruturas do próprio AHIN. Este AIN (Idanha-a-Nova I), é um dos mais importantes do país, albergando colónias das espécies *Miniopterus schreibersii* (hibernação com cerca de 10000 indivíduos, também vários milhares no verão e várias centenas no outono), *Rhinolophus ferrumequinum* (várias centenas na época de hibernação, até algumas dezenas no verão e outono), mas também dos agrupamentos de espécies *R. euryale* / *R. mehelyi* (muitas centenas no verão) e *Myotis myotis* / *M. blythii* (poucos milhares no verão, um pouco mais de 1000 no outono).

5. Análise dos Impactes Ambientais

O EIA erradamente, não avalia qualquer tipo de impacto sobre os morcegos:

- Estão previstas intervenções no CGC, em particular nas secções em túnel. Há informações da presença de morcegos nesses túneis, mas não existem dados robustos sobre a dimensão das colónias e espécies presentes. Qualquer intervenção nos túneis vai originar impactes negativos, desde perturbação e consequente abandono do local por parte dos morcegos, ou em casos extremos, à morte de indivíduos. Estes impactes são potencialmente muito significativos, pelo que terão de ser adotadas medidas de minimização dos mesmos.
- Os impactes associados à presença das centrais fotovoltaicas não são identificados para as espécies de morcegos (pág. 87, Tomo 3). As CF originam alterações significativas nos habitats das áreas afetadas, podendo por isso impactar os morcegos que eventualmente as utilizem, principalmente como área de alimentação. De forma similar ao indicado para a avifauna, os painéis solares poderão ainda também causar mortalidade sobre os morcegos. Tendo em conta a dimensão das colónias do AIN Idanha-a-Nova I e a presença de espécies ameaçadas, como é o caso de *R. euryale* (EN), *R. mehelyi* (EN), *M. myotis* (VU) e *M. blythii* (CR) e de espécies quase ameaçadas (*M. schreibersii*), estes impactes negativos potencialmente significativos, terão que ser avaliados.
- O abate de árvores, principalmente de árvores maduras de maior porte, poderá também causar mortalidade entre as eventuais espécies que as utilizem como abrigo, como é o caso dos géneros *Pipistrellus* e *Nyctalus*.

6. Análise das Medidas de Mitigação

Os documentos apresentados não indicam quaisquer medidas de mitigação para os impactes sobre as espécies de morcegos, muito provavelmente devido à ausência de uma completa análise destes impactos ambientais sobre as espécies deste grupo biológico.

Nas intervenções a realizar nas secções em túnel do CGC, terão que ser previstas medidas pelo menos, as seguintes medidas de mitigação:

- A calendarização dos trabalhos terá que respeitar a eventual presença de colónias em períodos críticos, não podendo ser realizadas nas épocas de hibernação (dezembro, janeiro e fevereiro) e de maternidade (abril a julho), caso se verifique a presença de morcegos nessas alturas. Eventuais colónias numerosas noutras alturas do ano, também terão que ser tidas em conta.
- Previamente à realização dos trabalhos, deverá ser garantida a ausência de morcegos nos túneis, por exemplo colocando redes que impeçam a sua passagem. Estas redes só poderão ser colocadas após se garantir a exclusão dos morcegos.

Em termos gerais, terão também que ser adoptadas medidas de minimização de impactes no abate de árvores, para evitar a mortalidade. As árvores abatidas devem permanecer no local durante 2 a 3 dias para que seja possível a fuga aos morcegos que potencialmente aí se abriguem.

7. Análise das Medidas de Compensação

Os documentos apresentados não indicam quaisquer medidas de compensação para os impactes sobre as espécies de morcegos, muito provavelmente devido à ausência de uma completa análise destes impactos ambientais sobre as espécies deste grupo biológico.

8. Análise do Plano de Monitorização

Os documentos apresentados não indicam qualquer plano de monitorização para os morcegos.

É absolutamente necessário monitorizar o AIN “Idanha-a-Nova I”, para avaliar eventuais impactes sobre as colónias aí presentes. Esta monitorização terá que ser efetuada em todas as fases de execução do projeto e pelo menos, na fase inicial da sua exploração.

Previamente aos trabalhos, os túneis do CGC terão que ser monitorizados, para determinação das espécies, respetivo efetivo e períodos do ano em que os morcegos estão presentes. Esta monitorização é fundamental para definir a correcta calendarização das intervenções a realizar e determinar eventuais medidas a adoptar para a sua exclusão durante os trabalhos, a fim de evitar pelo menos a mortalidade de indivíduos.

É ainda recomendável a adoção de um plano de monitorização para as CF, que avalie a utilização que os morcegos fazem das áreas onde vão ser instaladas e os impactes decorrentes da sua exploração.

9. Conclusões e Recomendações

Face ao potencial da região para os morcegos e aos potenciais impactes negativos provocados pela modernização do empreendimento Hidro-agrícola de Idanha-a-Nova, considera-se que o EIA para ser aprovado, terá que incluir os seguintes aspetos relativamente aos morcegos:

- Plano de Monitorização que inclua o AIN “Idanha-a-Nova I”, os túneis do CGC e eventualmente, as áreas de implantação das CF.
- Medidas de mitigação de impactes nos túneis do CGC, nomeadamente a adaptação do calendário de intervenções, à eventual presença de colónias importantes, principalmente nos períodos de hibernação e maternidade; e a exclusão de morcegos dos túneis, antes e durante as intervenções.
- Medidas de minimização de impactes no abate de árvores

A CHIRO – Associação **Morcegos.PT**

12 de maio de 2026

Anexo à Participação com o ID:111849

Assunto: Consulta pública – Projeto de Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova

12 de maio de 2026

Ex.mos. Srs. Promotores, Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova;
Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
CCDR Centro;

A Vulture Conservation Foundation (VCF), em representação do consórcio do projeto [LIFE Aegypius Return](#), vem pelo presente apresentar um parecer à consulta pública sobre o Projeto de Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova (AHIN).

O projeto LIFE Aegypius Return foca-se na conservação do abutre-preto (*Aegypius monachus*) em Portugal e no oeste de Espanha. O consórcio detém informação detalhada e atualizada sobre a espécie, relevante para mitigar impactos de projetos com potencial impacto no território, designadamente nas proximidades das suas áreas de reprodução, como é o caso do AHIN. Apresentam-se, assim, esses dados e comentários ao projeto.

Enquadramento

O abutre-preto é uma ave planadora, necrófaga, de grande porte, que detém o estatuto de conservação Em Perigo, em Portugal (Almeida *et al.*, 2022). Depois de aproximadamente quatro décadas extinto como espécie reprodutora no nosso país, graças a diversos esforços de conservação tidos em Portugal e em Espanha, tem lentamente recuperado e, mantido um efetivo crescente. Em 2025, foram confirmados [pelo menos 119 casais](#) nidificantes em Portugal, organizados em cinco colónias reprodutoras (Fig. 1; Matos *et al.*, 2025). A maior colónia localiza-se no Tejo Internacional, a menos de 7 km do AHIN. Nessa colónia, em 2025 foram registados 68 a 72 casais nidificantes.

A cerca de 33.6 km do AHIN localiza-se a colónia estabelecida na Reserva Natural da Serra da Malcata, descoberta em 2021. A colónia tem expandido, tendo sido registados dois casais em 2022, 14 em 2023, 18 em 2024 e 15 em 2025. Este último número deveu-se aos impactos do mau tempo que se fez sentir no início do ano, que condicionou muitos ninhos e aves no início da época de reprodução.

As colónias da Malcata e do Tejo Internacional, em conjunto, representam cerca de 70% do efetivo reprodutor nacional, e, em 2025, contribuíram com 79% das crias recrutadas para a população portuguesa, pelo que torna evidente a sua importância incontornável na preservação do abutre-preto.

Adicionalmente, em Espanha estão também três colónias de reprodução relativamente próximas do AHIN: a colónia da Serra de Gata a cerca de 65 km, a de Canchos de Ramiro a cerca de 30 km, e a de Ladroneira a cerca de 50 km. Estas colónias, no seu conjunto, albergam cerca de 160 casais nidificantes, que anualmente produzem aproximadamente 100 crias voadoras.

De um modo geral, os abutres-pretos adultos utilizam regularmente áreas em torno do ninho até 80 km (Costillo *et al.*, 2007), e com maior intensidade num raio mais proximal de 40 km, nomeadamente para a procura de alimento – sem prejuízo de algumas aves ou dos indivíduos imaturos poderem fazer movimentos de muito maior ou menor distância (e.g. Soares, 2025).

Movimentos de abutres-pretos marcados com emissor GPS/GSM

Desde 2018 a esta parte, a VCF e os seus parceiros já marcaram com emissor GPS/GSM, nas várias colónias de abutre-preto em Portugal, um total de 81 abutres-pretos, que representam apenas uma pequena fração da população nacional desta espécie.

Conforme se observa na Fig. 1 existe uma clara sobreposição entre a área utilizada regularmente pelos abutres-pretos marcados com emissores GPS/GSM e a área de influência do AHIN.

Os movimentos dos 81 indivíduos marcados em Portugal mostram que, entre 12/08/2018 e 29/03/2026¹ (datas apresentadas no formato dd/mm/aaaa), 33 abutres-pretos marcados com emissor GPS/GSM (40.7% dos indivíduos marcados a nível nacional) utilizaram ou sobrevoaram a área imediata do AHIN (Tabela 1).

Alargando o raio de análise para 5, 10, 20 e 40 km em torno do AHIN, o número de abutres-pretos com movimentos registados durante o mesmo período aumenta para 38 (46.9% dos indivíduos marcados a nível nacional), 41 (50.6%), 46 (56.8%) e 51 (63.0%), respetivamente (Fig 2; Tabela 1 **Tabela 1**).

De notar que apenas 15 (29.4% dos abutres que utilizaram o raio de 40km em torno do AHIN) destes indivíduos são oriundos da colónia reprodutora do Tejo Internacional, a colónia mais próxima. E oito (15.7%) provêm da colónia da Serra da Malcata. Ou seja, menos de metade (45.1%) dos indivíduos marcados que utilizam aquela região são oriundos das duas colónias mais próximas. A maioria das aves que utilizam a área foram marcadas ou libertadas no Alentejo (Herdade da Contenda e Vale do Guadiana), a mais de 250 km do AHIN, e no Douro Internacional, a mais de 95 km (Tabela 1), o que demonstra as vastas áreas utilizadas por estas aves nas suas atividades regulares, e a relevância ecológica desta área de estudo.

Nas referidas colónias em Espanha não foram marcados abutres-pretos, pelo que os seus movimentos não são conhecidos. Todavia, dada a sua proximidade à área de influência do AHIN, será de prever que também a utilizem.

¹ Nota: O intervalo de datas para os movimentos das várias aves é variável, refletindo os dados obtidos na área de estudo, desde que cada indivíduo foi marcado, ou desde que tenha saído do ninho (no caso de crias), até à data mais recente em que tenha sido possível obter dados e movimentos relevantes. No conjunto dos abutres-pretos com emissor GPS/GSM, o período de monitorização apresentado é de 12/08/2018 a 29/03/2026.

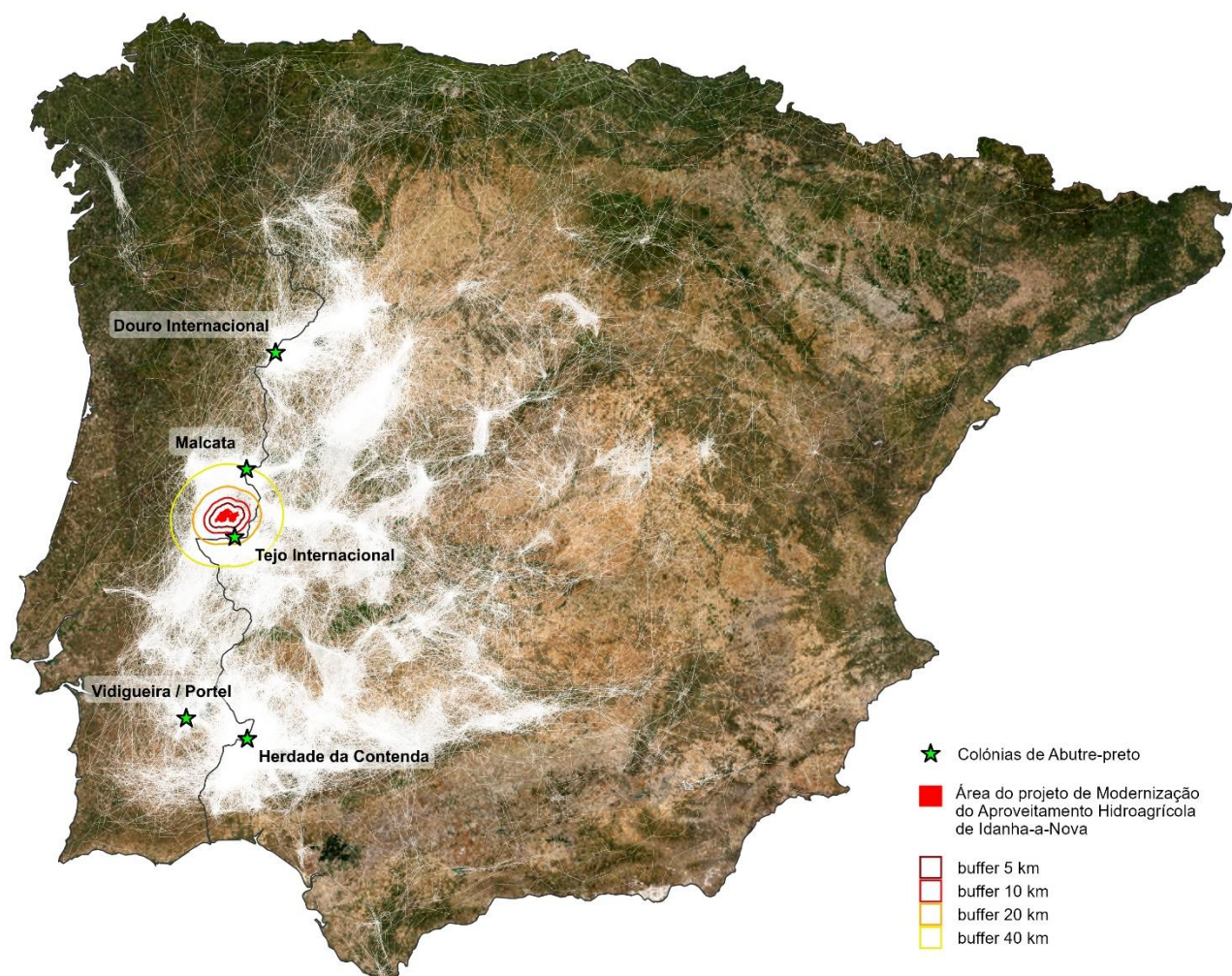


Fig. 1. Localização do projeto de Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova e movimentos de 81 abutres-pretos marcados com emissor GPS/GSM nas cinco colónias reprodutoras de conhecidas em Portugal. As aves foram monitorizadas entre 12/08/2018 e 29/03/2026 (dd/mm/aaaa).

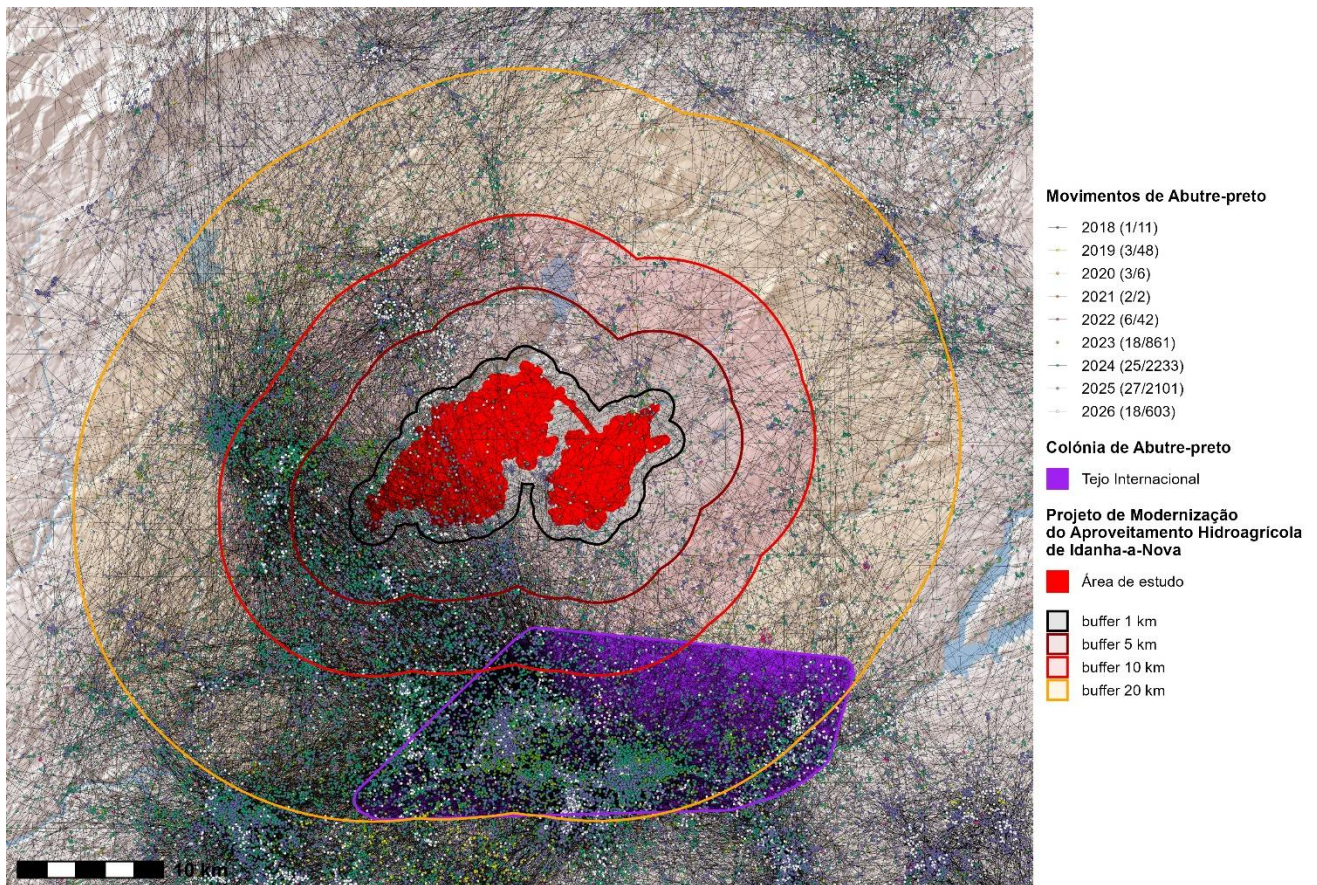


Fig. 2. Mapa dos movimentos de 46 abutres-pretos marcados com emissor GPS/GSM que utilizaram a área envolvente do projeto de Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova, num raio de 20 km. As aves foram monitorizadas entre 12/08/2018 e 29/03/2026 (dd/mm/aaaa). Para apresentação simplificada dos movimentos das aves, todos os dados foram estandardizados para um ponto por hora. Junto a cada ano de monitorização, estão indicados entre parêntesis o número de indivíduos detetados na área e o número total de dias em que a área foi utilizada por esses indivíduos. A origem de todas as aves encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1. Colónia de origem ou local de libertação (no caso de indivíduos reabilitados) dos 51 abutres-pretos (*Aegypius monachus*) que usaram ou sobrevoaram a área em torno do Complexo Eletroprodutor do Pego, entre 12/08/2016 e 29/03/2026 (dd/mm/aaaa).

Colónia de origem / Local de libertação	Id. Abutre-preto	Nº dias passados no interior do buffer				
		Buffer 40km	Buffer 20km	Buffer 10km	Buffer 5km	Buffer 1km
Douro Internacional	1 Branco	111	92	87	64	35
	2 Juniperus	66	21	5	4	2
	3 Esperança	54	5	2	1	0
	4 Lagoaça	47	20	9	6	3
	5 Zimbro	6	4	2	2	1
	6 Lechuga	4	0	0	0	0
	7 Carrascalinho	3	1	0	0	0
	8 Cantalpino	2	1	0	0	0
	9 Zelha	1	0	0	0	0
Serra da Malcata	10 1T	799	156	50	14	3
	11 2M	399	69	22	10	5
	12 2C	386	48	19	7	6
	13 2E	111	50	4	1	1
	14 1X	102	3	0	0	0
	15 2S	92	55	3	2	1
	16 1U	10	0	0	0	0
	17 Coa	2	2	1	0	0
Tejo Internacional	18 Aquis	869	561	128	46	12
	19 Aravil	841	838	582	429	277
	20 Sérgio	685	646	502	340	185
	21 Rosa-albardeira	649	285	22	11	6
	22 Natator	555	228	165	5	2
	23 Roselha-grande	515	275	30	17	12
	24 Aroeira	428	417	196	117	32
	25 Rosmaninho	407	174	46	21	13
	26 5H	399	196	23	13	6
	27 5X	285	278	130	80	30
	28 Orca	264	53	5	1	1
	29 Bela-Luz	230	192	24	12	5
	30 09	224	177	64	36	11
	31 Charneco	179	165	7	3	0
	32 5J	29	27	4	2	0
Herdade da Contenda	33 Moura	819	759	183	89	34
	34 Esteva	38	27	10	6	4
	35 Bolota	28	14	8	6	5
	36 Tomina	26	15	8	6	5
	37 Touril	14	10	4	2	1
	38 Raia	11	6	3	3	2
	39 BumbleFoot	11	5	4	4	4

		Nº dias passados no interior do buffer				
Colónia de origem / Local de libertação	Id. Abutre-preto	Buffer 40km	Buffer 20km	Buffer 10km	Buffer 5km	Buffer 1km
	40 Mirante	10	5	2	0	0
	41 Rias	10	4	3	1	0
	42 Safara	8	4	4	1	1
	43 Murtigão	8	4	3	2	1
	44 Contenda	7	2	1	1	1
	45 Monsanto	4	3	0	0	0
	46 SantoAleixo	3	0	0	0	0
	47 Medronho	1	1	0	0	0
	48 Chaparrito	1	0	0	0	0
Vale do Guadiana (Alcaria Ruiva)	49 Rosa	15	3	1	0	0
	50 Caparica	5	3	1	1	0
	51 Bruma	4	3	2	2	2
Nº Total Indivíduos		51	46	41	38	33

Adequabilidade do habitat

No âmbito do projeto LIFE Aegyptius Return, foi desenvolvido um estudo de adequabilidade de habitat (Terraube *et al.*, 2024) que, com base nas condições de habitat e na disponibilidade de alimento, apresenta as áreas de maior probabilidade de expansão para o abutre-preto.

O habitat da área de estudo inclui manchas de montado, com florestas-galerias e campos de gramíneas em mosaicos agroflorestais, o que representa efetivamente um habitat muito atrativo como zona de reprodução e alimentação para o abutre-preto. Assim, a perturbação causada pelas obras de construção do AHIN deve ter este aspeto em consideração.

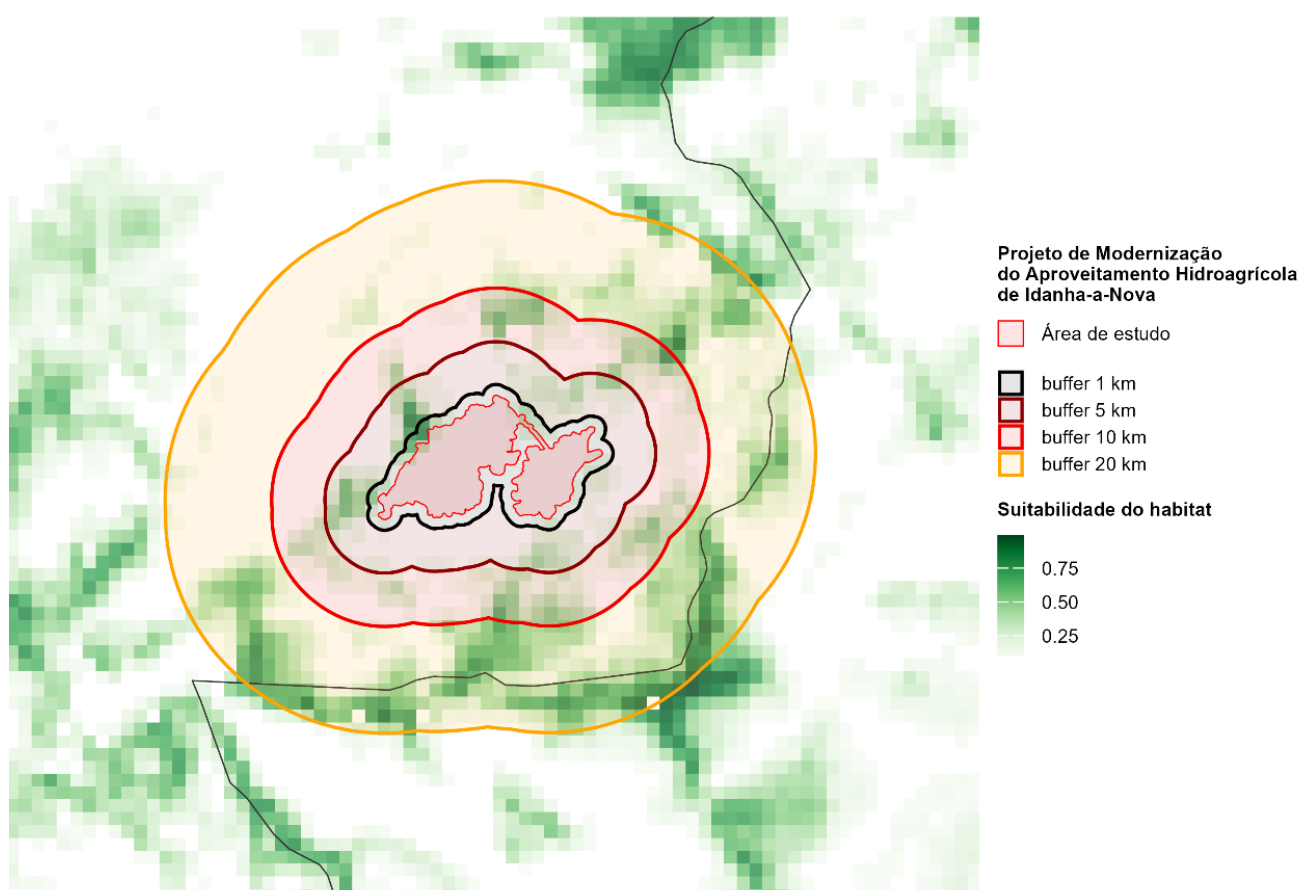


Fig. 3. Mapa de adequabilidade do habitat para abutre-preto na área da localização projeto de Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova.

Comentário final

Os signatários do presente parecer compreendem e concordam com a necessidade da modernização do AHIN, todavia, alguns cuidados devem ser acautelados durante a fase de construção, por forma a ser compatível com a preservação da sensível biodiversidade local, designadamente o abutre-preto.

Conforme demonstrado, a área de estudo é de enorme relevância para a preservação desta espécie, sobre a qual recaem responsabilidades de conservação, ratificadas pela República Portuguesa em compromissos vinculativos, nacionais e internacionais.

Assim, sem prejuízo da presente equipa se disponibilizar para ser contactada para qualquer assunto potencialmente causador de perturbação, apresenta-se a principal reivindicação e cuidado necessário:

Obras ou movimentos de pessoal ou maquinaria pesada suscetíveis de causar ruído ou outro tipo de perturbação a menos de 2 km de distância dos ninhos devem acontecer aproximadamente apenas entre os meses de setembro e janeiro – ou seja, fora do período reprodutor do abutre-preto. As datas exatas são sujeitas a confirmação do estado da reprodução nos ninhos potencialmente afetados, em campo.

A localização dos ninhos poderá ser facultada mediante assinatura de um acordo de confidencialidade.

A informação apresentada no presente documento está sujeita a atualização, estando a todo o momento dependente dos resultados verificados em campo, nomeadamente no que concerne a áreas de nidificação conhecidas.

Referências

Almeida, J.; Godinho, C.; Leitão, D.; Lopes, R.J. 2022. Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental. SPEA, ICNF, LabOR/UE, CIBIO/BIOPOLIS, Portugal.

Costillo, E.; Corbacho, C.; Sánchez, J.M.; Villegas, A. 2007. Áreas de campeo. In: Moreno-Opo, R. y Guil, F. (Coords.) Manual de gestión del hábitat y de las poblaciones de buitre negro en España. Dirección General para la Biodiversidad. Ministerio de Medio Ambiente. Madrid.

Matos, M.; Guilherme, J.; Albuquerque, J.; Delgado, D.; Esteves, J.; Fernández-García, M.; Godino, A.; Gutiérrez, I.; Infante, S.; Mateo-Tomás, P.; Monteiro, P.; Pacheco, C.; Ribeiro, P.; Rocha, P.; Santos, E.; Tavares, J. 2025. Annual report on soft-releases and movements of tagged Cinereous Vultures – 2025. LIFE Aegyptius Return. <https://doi.org/10.5281/zenodo.17992521>

Soares, M. 2025. Spatio-temporal movements and habitat use of juvenile cinereous vultures (Aegypius monachus) during the first year of life. Master Thesis in Biological Resources, Valorization of the Territory and Sustainability. University of Coimbra.

Com os melhores cumprimentos,
Pelo consórcio



Milene Matos

Coordenadora do projeto **LIFE Aegypius Return**
Vulture Conservation Foundation
Wuhrstrasse 12, CH-8003, Zurich, Switzerland

m.matos@4vultures.org • +351 964 712 455
www.4vultures.org

Anexo à Participação com o ID:111847

Parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental do Projeto de Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no Portal Participa, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto de Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola (AH) de Idanha-a-Nova, doravante designado simplesmente por “o projeto”.

Notas sobre a documentação disponível para consulta pública

Voltamos a deixar a nota de que a organização da documentação disponível para consulta pública deve ser melhorada. Neste caso, nos documentos disponíveis existe uma repetição de nomes e *links* sem designação, o que se torna um obstáculo desnecessário à participação.

Recomendamos, novamente, que sejam publicadas diretrizes de boa prática para a sujeição de documentação a consulta pública por forma a obviar estes obstáculos à interpretação da informação disponibilizada.

Considerações sobre a área considerada

Entende-se, da leitura do EIA, que existirá uma revisão do perímetro de rega do AH de Idanha-a-Nova, sendo que a área total manter-se-á nos 8450 hectares (ha), no entanto não existe uma análise comparativa do perímetro atual face ao proposto, nem sobre os critérios escolhidos para alteração dos limites. Será importante distinguir “área beneficiada” de “área beneficiada ajustada”, uma vez que pode haver diferenças significativas – segundo a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional (DGADR), o AH de Idanha-a-Nova terá uma área beneficiada de 8459 ha, mas uma área beneficiada ajustada de 6584 ha¹.

Adicionalmente, cerca de 28% da área regada estava sob regime precário em 2024 (DGADR, 2025), sendo que a maioria desta área era explorada através de culturas permanentes. Será um ponto importante da avaliação de impactes, uma vez que o fornecimento de água para rega fora dos perímetros oficiais é um fator de intensificação do uso do solo, levando à alteração do uso deste, o que potencia impactes negativos e incumprimento de figuras e instrumentos de ordenamento. Importa, portanto, analisar estes impactes e escrutinar a decisão de fornecer água a culturas permanentes – nomeadamente o cumprimento no disposto no Despacho n.º 17/2019 e no Despacho n.º 2/2023 dos respetivos Gabinetes dos Ministros da Agricultura em funções. É imperativo que a revisão de limites de perímetros de rega não resulte no favorecimento de infractores ou beneficiação de más escolhas de gestão.

A inexistência desta análise impossibilita a avaliação dos impactes das alterações dos limites do AH.

Consideração dos custos do projeto e da sua repercussão sobre os seus beneficiários

O EIA menciona que o projeto é de investimento público e implica a construção de novas infraestruturas com acrescentos expectáveis nos custos de operação e manutenção. Estes custos acrescidos não são analisados, nem a forma como serão eventualmente repercutidos nas taxas de manutenção, exploração e, eventualmente na aplicação da taxa de beneficiação (previstas no Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola, Decreto-Lei n.º 269/8, redação atual) e/ou no precário da água.



A transformação do sistema gravítico para sistema a pressão implicará um aumento da eficiência hídrica a custo de uma redução na eficiência energética da produção agrícola. Uma análise dos riscos de resiliência e de eficiência energética da produção seria adequada, na projeção de cenários futuros tendo em conta a instabilidade dos custos com energia e com matérias-primas críticas para a produção de energia renovável. Esta maior incorporação de energia deve contemplar um tarifário dependente dos custos a ela associados.

Será indispensável haver uma revisão profunda do regulamento do AH.

Medidas de mitigação e de monitorização indispensáveis à sustentabilidade do projeto

As medidas de mitigação previstas no EIA incorporam muitas que são obrigações legais, pelo que não devem ser consideradas como medidas emanantes do projeto, mas requisitos transversais não associáveis a esforços de mitigação de impactos.

Um aspeto chave para a sustentabilidade de um AH na fase de exploração é a adoção generalizada de boas práticas. Infelizmente o EIA assenta exclusivamente em sensibilização e em deveres sem contrapartidas nem estratégia de monitorização. Desta forma não há como garantir a adoção de boas práticas, colocando em risco os recursos naturais suscetíveis. É crucial que haja um programa de monitorização das práticas

Por outro lado, existe uma preocupação manifesta com a tendência de homogeneização da paisagem no AH, através da dominância monocultural por extensas áreas. O amendoal ocupava, em 2024, 64% das áreas irrigadas dentro do perímetro de rega e cerca do mesmo em regime precário (DGADR, 2025) – esta homogeneização é já uma realidade e requiere medidas eficazes para garantir que a ocupação cultural evolui de forma diversificada, mitigando riscos ambientais e económicos.

O instrumento mais adequado para fazer verter as obrigações dos beneficiários nestas matérias, assim como eventuais “normas de exploração” adequadas às realidades mais concretas de cada bloco de rega. Várias opções devem ser exploradas para garantir a diversidade cultural dentro do regadio público: desde o estabelecimento de cartas de aptidão e quotas específicas por cultura (atendendo também à sensibilidade das áreas e os sistemas de produção mais adequados) à diferenciação no preçário, por forma a fomentar a diversificação, os modos de produção mais sustentáveis, com base em policulturas e infraestruturas ecológicas geradoras de serviços de ecossistema. Estas normas poderão ter também um cariz social e de fomento das economias locais, por exemplo através do favorecimento de modelos de agricultura de proximidade focadas no abastecimento local e em pequenas explorações familiares e agroecológicas.

É imperativo que seja garantida a libertação de caudais ecológicos a partir da Barragem Marechal Carmona, no cumprimento das obrigações da concessionária.

Conclusões e sentido do parecer

Não obstante o AH de Idanha-a-Nova ser um regadio coletivo público maduro, a sua modernização não pode abster-se de dar resposta às principais problemáticas da atualidade e do contexto nacional. O modelo de intensificação agrícola assente em monoculturas permanentes regadas tem conhecido uma franca expansão, no entanto, no outro lado do seu sucesso, estão impactos cada vez mais visíveis e riscos que hoje são de atenção urgente. Na ausência de uma antecipação destes, será de esperar impactos elevados em múltiplas dimensões que poderão pôr em risco o desenvolvimento e a integridade socioecológica dos territórios abrangidos por regadios públicos.

Infelizmente o EIA não dá resposta a algumas questões fundamentais, deixando lacunas que não permitem uma avaliação adequada das transformações a preconizar com o projeto.



Dado o exposto, o sentido do presente parecer é desfavorável, caso os pontos levantados não venham a ser incorporados.

12 de maio de 2026

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

ⁱ DGADR (2025). Anuário dos Aproveitamentos Hidroagrícolas – Campanha de Rega de 2024

Anexo à Participação com o ID:111693

Exmo. Senhor

Vice-presidente da CCDR Dr. Luís Manuel Fernandes Simões,

Na qualidade de agricultora do concelho de Idanha-a-Nova, e após ter participado em anteriores fases de consulta pública relativas a este processo, venho apresentar a presente pronúncia no âmbito da Consulta Pública do Projeto de Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova.

Faço-o com sentido de responsabilidade e conhecimento direto da realidade agrícola local, mas também com preocupação pelo facto de várias questões levantadas ao longo do processo continuarem sem resposta clara nesta fase final.

Quero desde já deixar expresso que não estou contra a modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova. Pelo contrário, reconheço a sua importância e necessidade para o futuro da agricultura na região. A modernização da rede, a melhoria da eficiência hídrica e a redução de perdas são objetivos positivos e necessários.

Contudo, um projeto desta dimensão só será justo se for acompanhado por transparência, critérios claros e igualdade de tratamento entre todos os agricultores.

1. Questões antigas que continuam por resolver

Ao longo das várias fases do processo foram levantadas situações concretas, nomeadamente erros em áreas consideradas, exclusão de parcelas com histórico de regadio, falta de critérios claros na distribuição de bocas de rega e integração de áreas sem histórico.

Chegados à fase final, muitas dessas situações continuam por esclarecer ou corrigir.

Não é aceitável que agricultores com utilização comprovada da água ao longo de muitos anos continuem excluídos ou subavaliados, enquanto outras situações são tratadas de forma diferente sem explicação objetiva.

2. Falta de transparência e critérios pouco claros

Persistem dúvidas legítimas quanto aos critérios usados para:

- definição do perímetro final de rega;
- inclusão e exclusão de parcelas;
- localização das bocas de rega;
- eventuais permutas de terrenos;
- consideração do histórico real de utilização da água;
- áreas abaixo da cota do canal que continuam sem integração;
- áreas historicamente regadas a título precário que não estão a ser consideradas na sua totalidade, verificando-se contabilizações de hectares sem critério claro e sem resposta fundamentada aos agricultores.

Existe um Guia de Orientação Técnica da DGADR que estabelece critérios para a integração de regantes a título precário, com base na continuidade de utilização da água

há mais de 10 anos, e que enquadra a modernização das infraestruturas de rega como um processo de melhoria do sistema, permitindo o alargamento da área beneficiada.

No entanto, esses princípios não estão a ser aplicados de forma coerente neste processo, verificando-se situações em que explorações com utilização continuada não foram integradas, enquanto outras áreas sem histórico claro foram incluídas.

Constata-se uma situação paradoxal: áreas historicamente reconhecidas como regadio, e utilizadas como tal durante décadas, correm o risco de perder esse estatuto com base em novas medições que não refletem a realidade no território.

Em contrapartida, estão a ser integradas novas áreas com culturas permanentes sem histórico de rega, o que levanta legítimas dúvidas quanto à coerência técnica do processo.

Esta situação traduz-se ainda numa aplicação de critérios diferentes entre agricultores vizinhos, criando desigualdades difíceis de justificar e colocando uns em vantagem face a outros.

Tal realidade compromete a perceção de equidade do processo e contraria princípios de igualdade de tratamento que devem estar sempre presentes num projeto público desta natureza

3. Infraestruturas existentes no âmbito do projeto e riscos ambientais associados

Um dos aspetos relevantes deste processo prende-se com o destino das infraestruturas existentes no âmbito do presente projeto, que deixarão de ter utilização, nomeadamente:

- canais antigos;
- estações elevatórias;
- reservatórios;
- casas de cantoneiros;
- outras estruturas associadas ao sistema atual.

Têm sido colocadas várias questões pelos agricultores diretamente interessados quanto ao que será feito a estas infraestruturas, nomeadamente se serão desativadas, removidas, mantidas ou requalificadas, bem como quanto às responsabilidades e fases de execução associadas.

Independentemente de tais matérias estarem ou não previstas no estudo, a verdade é que a forma como estes processos são concretizados no terreno tem impacto direto não só na atividade agrícola, mas também no ambiente e na saúde pública.

Importa recordar que, em intervenções anteriores de entubação e modernização perímetro de rega Idanha-a-Nova, alguns canais antigos ficaram simplesmente abandonados no terreno. Ainda hoje existem troços onde esses canais permanecem:

- cheios de silvas;
- com água parada;
- com animais mortos;
- com maus odores;
- constituindo um evidente risco sanitário e ambiental.

Esta situação já foi comunicada à ARBI por diversas vezes, incluindo com registos fotográficos, sem que tenha existido uma solução.

Por isso, esta consulta pública não pode encerrar sem que fique claramente assegurado que a modernização não repetirá erros do passado, devendo ser garantido o desmantelamento, limpeza, recuperação e correta gestão ambiental das infraestruturas que deixem de ter função.

Modernizar não pode significar, abandonar estruturas no território, transferindo para o futuro problemas ambientais e sanitários.

4. Necessidade de justiça para os agricultores locais

Os agricultores de Idanha-a-Nova precisam de sentir que este projeto serve realmente a agricultura local e não apenas alguns interesses.

Quem trabalhou a terra durante décadas, investiu no regadio, cumpriu regras e contribuiu para a economia agrícola da região merece ser tratado com respeito e igualdade.

Não se pede privilégio.

Pede-se apenas justiça.

Conclusão

Esta poderá ser a fase final do processo, mas não deve ser uma fase de encerramento administrativo sem resolver problemas reais.

Ainda vai a tempo de corrigir incoerências, esclarecer dúvidas legítimas e garantir que esta modernização fica associada a progresso, e não a injustiça.

Idanha-a-Nova merece um regadio moderno. Mas merece também um processo transparente, equilibrado e respeitador dos seus agricultores.

Com os melhores cumprimentos,

Maria Manuela Pinheiro Manzarra Monteiro de Carvalho

Manuel Manzarra de Carvalho